

GREVE GARANTE NEGOCIAÇÃO COM A PBIO E PETROBRAS HOLDING

PETROLEIROS DE LUTA Durante meses, os sindicatos tentaram uma negociação envolvendo a Petrobras Holding e a Petrobras Biocombustível, mas isso só aconteceu em função da greve e da interferência do TST



Os trabalhadores das usinas de biodiesel de Montes Claros, em Minas Gerais, e de Candeias, na Bahia, decidiram em assembleias suspender temporariamente a greve durante a mediação com o Tribunal Superior do Trabalho. A decisão foi tomada, após a gestão da Petrobrás concordar em participar das negociações na busca por uma solução que garanta a manutenção na empresa dos empregados da subsidiária que, mesmo sendo concursados, correm o risco de serem demitidos no processo de privatização.

A mesa de negociação tripartite - PBio, Petrobrás e sindicatos - foi garantida na quarta-feira (02), em audiência de conciliação com a ministra Delaíde Alves Miranda Arantes, relatora do dissídio, sob a condição de suspensão da greve durante o período de mediação.

Greve histórica

Desde o dia 20 de maio, os trabalhadores da Petrobrás Biocombustível protagonizam uma greve que pode ser considerada histórica. Com adesão massiva da categoria, a paralisação aconteceu nas usinas de Montes Claros e Candeias, na Bahia, além dos trabalhadores do escritório do Rio de Janeiro.

A pauta principal é a defesa dos empregos, pois, com a privatização anunciada pela gestão da empresa, não há garantia de realocação dos 150 concursados da subsidiária da Petrobras. A gestão da Petrobrás alega “impossibilidade jurídica” para atender a reivindicação da FUP e dos sindicatos de transferência dos trabalhadores para outras unidades do Sistema, caso a venda das usinas se concretize. Outro objetivo da greve é denunciar a perda de soberania e possibilidade de produção de energia renovável com a venda das usi-

nas da Pbio.

Por que defender a PBio?

A PBio é uma das maiores produtoras de biodiesel do país, e o Brasil é o terceiro maior mercado mundial desse biocombustível. Apesar disso, a subsidiária da Petrobrás vem sendo desmontada desde 2016, quando, no governo de Michel Temer, foi fechada a usina de Quixadá, no Ceará, interrompendo a produção de cerca de 100 mil metros cúbicos de biodiesel por ano. Além disso, a Petrobrás abriu mão da participação em diversas outras usinas.

O processo de desmonte foi intensificado no governo de Jair Bolsonaro, que colocou à venda as usinas de Montes Claros (que tem capacidade produtiva de 167 mil metros cúbicos de biodiesel por ano) e de Candeias (que pode produzir 304 mil metros cúbicos), anunciando a saída da Petrobrás do setor de biocombustíveis, na con-

tração das grandes empresas de petróleo e gás natural do mundo.

A venda da PBio foi anunciada em julho de 2020. Na ocasião, a Petrobrás destacava ao mercado que a empresa teria “um crescimento expressivo de 25% do mandato de mistura de biodiesel nos próximos três anos (B12 to B15), é porta de entrada e de expansão no terceiro maior mercado de biodiesel do mundo, tem localização estratégica, com acesso privilegiado aos mercados brasileiros das regiões Sudeste e Nordeste”, entre outros atributos.

A privatização da PBio é contestada no Judiciário por meio de ações civis populares em Minas Gerais e na Bahia. Conflitos de interesses na privatização da PBio também foram alvo de denúncias na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e no Tribunal de Contas da União (TCU).

IMPORTÂNCIA DA USINA PARA MOC E PARA O BRASIL

“A usina foi montada com a estratégia de trazer desenvolvimento social para região, tanto para cidade quanto para os produtores rurais. Aqui temos várias empresas que prestam serviços dentro da Petrobrás Biocombustível, e mais os produtores rurais, que fornecem óleos de oleaginosas”, responde Cristiane Reis Silva, trabalhadora da usina Darcy Ribeiro, em Montes Claros, desde 2010.

Cristiane, que morava no Espírito Santo e se mudou para o Norte de Minas sozinha, casou-se com um rapaz de lá, hoje tem três filhos e está com receio do que vai acontecer com ela e seus colegas caso se concretize a venda da usina. “A greve é importante para a preservação dos nossos empregos e do patrimônio do Brasil”, resume a trabalhadora, que fez parte da paralisação que começou no dia 20 de maio e foi suspensa nesta sexta (4), durante mediação no TST.

Além dos trabalhadores, dos agricultores e do patrimônio público, Cristiane também cita os empregos indiretos que são gerados com a usina e a importância da produção de um tipo menos poluente de combustível.

A deputada estadual Beatriz Cerqueira (PT) foi autora de um requerimento para a realização de audiência pública na Assembleia Legislativa sobre a importância da usina e os impactos de sua privatização e possível fechamento. Rea-

lizada no dia 28 de maio, contou com a presença do deputado federal Rogério Correia, de Cibele Vieira, da FUP, de Alexandre Finamori, Jairo Nogueira Filho, da CUT e de Felipe Vono, pesquisador do setor de petróleo e advogado.

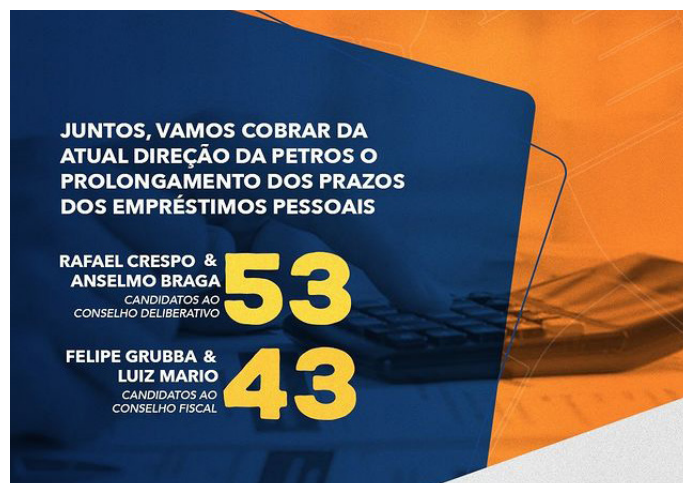
Alexandre Finamori, coordenador do Sindicato dos Petroleiros MG, lembra que após o fechamento da usina de Quixadá, no Ceará, a economia da cidade quase morreu. “Nossa luta é para que Candeias e Montes Claros não sofram a mesma coisa”, destaca.

Ele retoma o histórico do biodiesel no Brasil, a partir da decisão do governo Lula de que parte do diesel fosse composto por biodiesel. Reforça que a decisão de criar usinas em regiões semi-áridas faz parte do compromisso e papel da Petrobras em cumprir sua função social de gerar desenvolvimento, com sustentabilidade ambiental e social.

“O sucateamento da Petrobras e venda da Pbio vai ao encontro da política de Salles de passar a boiada. A Petrobras tem a obrigação de transformar o lucro do petróleo em políticas de transição energética. Com a venda da usina, vai para a lógica do agronegócio, que significa a priorização do lucro, não do desenvolvimento regional e nacional”, critica.

Confira no site do sindicato a cobertura completa e o link da transmissão da audiência.

FIQUE ATENTO: ELEIÇÃO DA PETROS



A eleição da Petros está chegando. Entre os dias 14 e 28 de junho, os participantes e assistidos de todos os planos administrados pela fundação poderão escolher seus novos representantes nos Conselhos Deliberativo (CD) e Fiscal (CF). A FUP, seus sindicatos filiados e o grupo Cabeças Brancas (CB), do Rio de Janeiro, apoiam a Chapa “Juntos pela Petros”.

As propostas da Chapa “Juntos pela Petros” são baseadas em um mandato participativo e foram construídas de forma coletiva, levando em consideração o momento atual, que é o cenário mais grave já vivido por todos nós. São propostas para melhorar a governança da Petros, reduzir os impactos financeiros dos equacionamentos e garantir os direitos dos trabalhadores da ativa, aposentados e pensionistas atendidos por todos os planos da fundação.

Para o Conselho Deliberativo, Chapa 53, o candi-

dato titular é Rafael Crespo, empregado da Petrobrás há 15 anos, trabalhador da base de Imbetiba, em Macaé, e diretor do Sindipetro-NF. Para a vaga de suplente, concorre Anselmo Braga, que está na Petrobrás desde 2002, na Refinaria Gabriel Passos, em Minas Gerais, e atua como diretor do Sindipetro-MG.

O Conselho Fiscal, Chapa 43, tem como titular Felipe Grubba, trabalhador da Transpetro há 13 anos e diretor do Sindipetro Unificado-SP. O candidato a suplente é o ex-diretor da FNP e do Sindipetro-RJ, Luiz Mario, que entrou na Petrobrás em 2006 e hoje está lotado na Refinaria Duque de Caxias.

O programa de gestão proposto pelos candidatos foi construído com quatro principais eixos de atuação, que buscam a Unidade Nacional, Participação e Organização, Fiscalização e Transparência e Melhoria na Gestão e Formação.